

A academia e participação social no Brasil: teses e dissertações sobre movimentos sociais produzidas na Unicamp e na Usp entre 1970 e 1995

Kauchakje, Samira

Veröffentlichungsversion / Published Version

Zeitschriftenartikel / journal article

Empfohlene Zitierung / Suggested Citation:

Kauchakje, S. (2002). A academia e participação social no Brasil: teses e dissertações sobre movimentos sociais produzidas na Unicamp e na Usp entre 1970 e 1995. *ETD - Educação Temática Digital*, 4(1), 97-109. <https://nbn-resolving.org/urn:nbn:de:0168-ssoar-105000>

Nutzungsbedingungen:

Dieser Text wird unter einer Free Digital Peer Publishing Licence zur Verfügung gestellt. Nähere Auskünfte zu den DiPP-Lizenzen finden Sie hier:

<http://www.dipp.nrw.de/lizenzen/dppl/service/dppl/>

Terms of use:

This document is made available under a Free Digital Peer Publishing Licence. For more Information see:

<http://www.dipp.nrw.de/lizenzen/dppl/service/dppl/>

A ACADEMIA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO BRASIL: TESES E DISSERTAÇÕES SOBRE MOVIMENTOS SOCIAIS PRODUZIDAS NA UNICAMP E NA USP ENTRE 1970 E 1995¹

Samira Kauchakje

Resumo: Este artigo apresenta algumas reflexões suscitadas por uma pesquisa de doutoramento que versava sobre teses e dissertações acerca de movimentos sociais produzidas na USP e UNICAMP. A partir de alguns dados deste estudo, este artigo desenvolve-se tendo como pressuposto que há ligação entre interesse acadêmico e realidade social.

Palavras-chave: Movimento social ; Participação social

Abstract: This article to present some meditation to one research of graduat about thesis and dissertation about social movement to make in USP and UNICAMP. To breack some consideration in that study, this article developing to support to have a alliance between academic interest and social reality.

Keywords: Social movement ; Social participation

¹ Trabalho apresentado, com algumas modificações, no Colóquio Comemorativo dos 20 anos da RCCS- A Reinvenção da Teoria Crítica. Portugal, 1999.

APRESENTAÇÃO

Este trabalho pretende apresentar algumas reflexões suscitadas pela pesquisa sobre as teses e dissertações que tratam dos movimentos sociais, produzidas na Universidade de São Paulo (USP) e Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), entre 1970 e 1995, bem como apresentar os dados do estudo tendo como fio condutor aspectos do cenário social e político do Brasil no período.

O pressuposto é que existe uma íntima ligação entre o interesse acadêmico na área dos movimentos sociais e a realidade social, relação, alias, que não é exclusiva deste campo teórico, nem uma novidade na ciência².

Para organizar a exposição, o item 1 introduz, de forma genérica e parcial, algumas noções sobre o conceito de movimento social; o item 2, apresenta as duas Universidades em questão; e o item 3 apresenta dados sobre as teses e dissertações, relacionando-os ao cenário social e político.

1. MOVIMENTO SOCIAL

As teses e dissertações sobre movimento social, produzidas nas Universidades pesquisadas, têm basicamente um padrão de desenvolvimento: os primeiros capítulos tratam da revisão teórica sobre movimento social em geral e (ou) da revisão bibliográfica sobre o tipo específico do movimento estudado (o popular, o operário, os novos movimentos sociais etc.); os demais capítulos focalizam a pesquisa empírica realizada sobre um movimento social particular. Este padrão é conseqüente, pois, se por um lado, movimento social é um fenômeno de diversas facetas, que acompanha a história das diferentes sociedades e, portanto, é mais apropriado tratar (no plural) de movimentos sociais relacionando-os ao cenário social do qual emergem; por outro lado, como objeto de análise, está inserido num campo teórico que o descola, ao menos parcialmente, da realidade diversificada e, desta forma, é possível ultrapassar as singularidades e particularidades de cada movimento social e abranger, num mesmo conceito, fenômenos empíricos muito variados.

Neste sentido, o conceito de movimento social compreende tanto os movimentos sociais de caráter histórico, como os “da

² Ver LÖWI (1995, p.88)

Antigüidade e da Idade Média: revolta de escravos, heresias e seitas sociais, levantes camponeses e outros” como os movimentos milenários do século XIX (Hobsbawn, 1978); os motins rurais do século XVIII (Rudé, 1991); os movimentos socialista e trabalhista pós-Revolução Industrial (Hobsbawn, 1981, 1987; Thompson, 1987; Carone, 1979); os movimentos de bairro ou populares urbanos, já na segunda metade de nosso século, acentuadamente após 1960 (Castells, 1977, 1983; Singer, 1983; Gohn, 1985, 1991; Camacho, 1987; Moisés, 1978; Boschi, 1987; Kowarick, 1988); os movimentos brasileiros (rurais) destas últimas décadas e anteriores (Grzybowski, 1987; Martins, 1989; Medeiros, 1989); os denominados novos movimentos sociais, de mulheres, pacifistas, ecológicos, étnicos, etc., das últimas décadas do século XX (Scherer - Warren & Krischke, 1987; Offe, 1993). Por estarem presentes, de diversas formas, no decorrer da história de diferentes sociedades, pôde-se afirmar que os movimentos sociais não são fenômenos extravagantes ou excepcionais, ao contrário, são centrais, estão no cerne da vida social (TOURAINÉ*, MELUCCI, 1994).

* TOURAINÉ, A. *apud* CASTELLS, M.-*The City and the Grassroots*. California, Ed. University of

Os temas e as questões que envolvem o estudo sobre movimentos social ocupa um lugar privilegiado na teoria sociológica clássica e contemporânea. Basta lembrar que um dos aspectos essenciais na Sociologia, desde sua origem, é a análise das manifestações coletivas, sob forma de movimentos de massa, das revoltas, enfim, é a análise da multidão³. Cada corrente de pensamento sociológico procura compreender, explicar, exorcizar, dinamizar ou controlar a multidão _este fenômeno que “impressiona, desafia, assusta ou entusiasma” (IANNI, 1988, p.22).

California Press, 1983.

³ “A multidão surge na sociedade civil, urbano-industrial, burguesa, capitalista. Aparece nas manifestações de camponeses, operários, populares, desempregados, miseráveis, fanáticos. Desde os começos da sociedade nacional, quando se rompem as relações, os processos e as estruturas que organizam o feudo, o grêmio, o convento, a aldeia, o vilarejo, desde então ela irrompe na sociedade, com a sociedade. Nos campos e cidades, nas casas de negócios e fábricas, nas ruas e praças, ela se torna uma realidade viva, forte, surpreendente, assustadora, deslumbrante.(...)”

São muitos os estudos que registram, descrevem ou interpretam os acontecimentos: protestos, greves, revoltas e revoluções; banditismo social e messianismo; movimento social e partidos políticos, jacobinismo, blanquismo, anarquismo, socialismo e comunismo. Todos estão atravessados pela presença da multidão, plebe, turba, malta, patuléia, ralé, massas trabalhadoras, classes populares, coletividades em busca da cidadania, povo em luta pela conquista de direitos políticos e sociais.” (IANNI, 1988, p. 22,23)

Tais correntes teóricas apresentam uma variedade de conceitos sobre movimento social que quase nunca são comparáveis entre si, seja pelos próprios antagonismos e diferenças entre as correntes, seja porque os movimentos sociais se constituem objetos que envolvem interesses e paixões (Melucci, 1997, p.12). Assim “como a maioria das noções das ciências sociais, a de movimento social não descreve parte da realidade, mas *é um elemento de um modo específico de construir a realidade social*” (RENON, 1996, p.500) (grifo nosso).

2. A USP E A UNICAMP

A opção por mapear as teses e dissertações defendidas na USP e na UNICAMP se deve ao fato dos programas de pós-graduação destas Universidades serem reconhecidos e representativos no que se refere à produção acadêmica brasileira no período considerado.

Um outro fator importante, que colabora para a representatividade destas Universidades, é a localização das mesmas no Estado de São Paulo, palco do desenvolvimento de movimentos sociais que tiveram repercussão nacional

Se entendermos universidade como “comunidade (mais ou menos autônoma) de mestres e alunos reunidos para assegurar o ensino de um determinado número de disciplinas em nível superior”, podemos admitir que as primeiras universidades “surgiram na Europa Ocidental, no início do século XIII.” Neste sentido, a UNICAMP e a USP fazem parte dessa “aventura intelectual e social iniciada há sete séculos”, que não pode ser vista em separado do mundo, já que sofre influência dos poderes sociais, políticos e econômicos (Charle & Verger, 1996, p. 7-28). Portanto, a tarefa de recuperar o percurso histórico da UNICAMP e da USP exige, no mínimo, compreender a conjuntura cultural, política e econômica do Brasil, no período de sua fundação e desenvolvimento, da mesma forma que é necessário conhecer a trajetória intra-institucional de ambas. Mas esta não é tarefa para este trabalho que se propõe, tão somente, apresentar alguns aspectos para uma visão geral das Universidades, a fim de situar a produção acadêmica sobre movimento social.

A Universidade de São Paulo foi fundada em 25 de janeiro de 1934 e é a primeira do país (até aquela data, as escolas superiores existentes não podiam ser

consideradas verdadeiras universidades _ congregando e integrando as diversas áreas de conhecimento). A Universidade Estadual de Campinas é bastante jovem, embora os primeiros passos para a sua fundação tenham sido dados já na década de 40, com o movimento pela criação da Faculdade de Medicina em Campinas, a UNICAMP entrou efetivamente em funcionamento em 19 de dezembro de 1966.

Os projetos e diretrizes iniciais das duas Universidades se distinguem: o impulso maior para a criação da USP veio de setores da elite cultural paulista preocupados com a formação de professores de nível secundário e superior e com a formação de uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras não-utilitária, voltada essencialmente para a pesquisa e a especulação teórica” (Fausto, 1997, p.226-229). Isto é, a Universidade de São Paulo nasceu como um projeto político “destinado a formar uma *elite nacional*, conforme o melhor receituário iluminista” (Portella, 1994, p.70). As diretrizes da UNICAMP, em seus primeiros anos, estavam em consonância com o modelo de desenvolvimento econômico adotado no país, no período do governo militar, e com a linha tecnocrática, baseada nos princípios da

racionalidade, eficiência, produtividade e economia⁴. Isto é, o “projeto de instalação da UNICAMP veio responder à demanda crescente por pessoal qualificado numa região do Brasil, o estado de São Paulo, que já nos anos 60 detinha 40% da capacidade industrial e 24% de sua população ativa.

Até então, o sistema de ensino superior estava voltado para a formação de profissionais liberais solicitados pelo processo de urbanização, como advogados, médicos e engenheiros civis. Necessitava-se, portanto, de uma universidade que desse ênfase especial à pesquisa tecnológica e mantivesse desde o início sólida vinculação com o setor produtivo...” (Breve Guia sobre a UNICAMP).

Como não poderia deixar de ser, tanto o projeto da USP quanto o da UNICAMP sofreram modificações ao longo do tempo. Na USP desde o início o “objetivo da formação das elites dirigentes paulistas e nacionais” adequou-se ao fato de que a maior parte dos alunos que afluíam para a Universidade eram

⁴ Para LIMA (1989, p.105), a “adequação da Unicamp à realidade de seu tempo durante a sua construção, deu-se mediante a sua vinculação competente ao processo de modernização capitalista em curso naquela época...”

provenientes da classe média diferenciada (www.usp.br). E na UNICAMP, com a dinâmica da vida universitária e mudanças política e sociais, o modelo tecnocrático foi expandido para outras direções, em particular, para a Economia e para as Ciências Sociais, e à interação com o setor privado é acrescentada a relação com o setor público.

Um dos períodos mais traumáticos, direcionando os projetos das Universidades é o da ditadura militar. O perfil da USP sofreu mudanças acentuadas com a Reforma Universitária de 1969 (especialmente a instalação da estrutura departamental) e a interferência do regime militar na vida acadêmica. Nesta Universidade o episódio da destruição da Maria Antônia {nome da rua da antiga sede da FFLCH - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, palco de conflitos emblemáticos em defesa das liberdades e contra o governo ditatorial}; e a prisão, o exílio e a aposentadoria compulsória de alguns professores, por força do AI-5, se configuram como expressões importantes da repressão oficial.⁵ (Revista Estudos

Avançados n.22, 1994). Na UNICAMP, os primeiros anos do governo militar coincide com os primeiros anos desde sua fundação. Este é um período de progressiva perda da autonomia universitária, no entanto, em termos gerais, A UNICAMP, por estar em consonância com o modelo de universidade e graças ao prestígio que Zeferino Vaz, reitor à época, gozava junto às autoridades de então, manteve uma relativa e consentida autonomia institucional. Isto foi objeto de lutas da comunidade acadêmica, para a conquista da real autonomia universitária (MENEGUEL, 1994, p.112 e 157).

As duas Universidades (desde de sua fundação para o caso da USP e, para a UNICAMP, mais acentuadamente, a partir dos anos 80) têm importância na formação de lideranças políticas, sendo que alguns de seus membros, além de assessorar órgãos governamentais e contribuir para a formulação de políticas públicas, participaram (ou participam) diretamente da gestão de municípios, de estados e da Federação.

⁵ A partir do, Ato Institucional n.5, que vigorou de 1968 a 1979, “o núcleo militar do poder concentrou-se na chamada comunidade de informações, isto é, naquelas figuras que estavam no comando de órgãos de vigilância e repressão. Abriu-se um novo ciclo de cassação de mandatos,

perda de direitos políticos e expurgos no funcionalismo, abrangendo muitos professores universitários. Estabeleceu-se na prática a censura aos meios de comunicação; a tortura passou a fazer parte integrante dos métodos de governo (FAUSTO, 1997, p. 480).

A despeito de suas trajetórias singulares, nos anos 90 as universidades brasileiras, a USP e a UNICAMP em particular, têm se movido em meio a uma série de medidas governamentais que, sistematicamente, têm desestruturado e constrangido tanto instituições públicas, não ancoradas diretamente aos direitos sociais, como aquelas tradicionalmente mantenedoras do seu exercício, como é o caso da educação. É neste ponto que estamos diante de um quadro perturbador, pois, apesar de manter muito de suas características distintas, as duas Universidades, através de suas administrações, tendem a esboçar respostas que reforçam a descaracterização das universidades, sobretudo públicas, ou seja, buscando justificar sua importância no cenário nacional, apresentando dados que corroboram sua “eficiência, produtividade e competitividade”, Chauí (1994b, p.54); propondo parcerias ou vínculo mais estreito entre a pesquisa na universidade pública e o setor privado⁶.

⁶ CHAUI (1994b, p.52), fornece argumentos valiosos para balizar os debates sobre as implicações mais radicais deste intercâmbio, pois, quando: “as pesquisas são financiadas por empresas e organismos privados que subsidiam a montagem e manutenção de laboratórios, bibliotecas e equipamentos, congressos e simpósios nacionais e internacionais, publicações, bolsas, viagens e cursos no estrangeiro. Como esses recursos externos são vinculados pelos órgãos financiadores direta e autonomamente a

Nestes tempos de discursos uníssonos e ações, em grande parte, homogêneas, esta tendência é desviada, por aqueles que, na academia e na vida social, colocam-se como vozes dissonantes. Em se tratando de vozes que destoam e colocam novas questões para o seu tempo, o estudo dos movimentos sociais é muito oportuno.

3. TESES SOBRE MOVIMENTO SOCIAL: PARTICIPAÇÃO SOCIAL E CENÁRIO SÓCIO-POLÍTICO NO BRASIL

As pesquisas sobre movimento social estão, em grande parte, vinculadas ao surgimento e ressurgimento, em cena pública, destes sempre “novos personagens” (Sader, 1987). No Brasil, o período de 1970 e 1995 são bastante significativos para o campo teórico dos

institutos e departamentos, orçamentos, finalidades e resultados dos trabalhos não são públicos, no duplo sentido do termo, isto é, não têm origem pública e não são publicizados. Além disso, os financiadores fazem uso privado da instituição pública, tendo em vista que esta forma os pesquisadores, cede seus espaços e infraestrutura, mas os resultados são apropriados privadamente pela fonte de financiamento.” Isto é comumente visto “como modelo de modernidade porque desincumbe o poder público da responsabilidade com os cursos da pesquisa e recebe o nome de *cooperação entre a universidade e a sociedade civil*. Nela consagra-se a idéia de que a universidade é essencialmente prestadora de serviços, sendo por isso produtiva. É o tipo acabado de universidade *moderna* do Terceiro Mundo, visto que os grandes e verdadeiros financiamentos privados para pesquisas fundamentais e de ponta são destinados a universidades e institutos do Primeiro Mundo.”

movimentos sociais sob dois aspectos principais: a) coincide com a época de consolidação ou implantação da quase totalidade dos programas de pós-graduação nas universidades brasileiras; b) foi a época em que ocorreu um número significativo de movimentos sociais, especialmente no estado de São Paulo.

Este período representa o ressurgimento (décadas de 70 e 80) e as modificações (meados dos anos 80 e anos 90) dos movimentos sociais, os quais reapareceram publicamente durante o processo de luta contra o regime militar, sofrendo modificações e acomodações com o regime de transição, e adquirindo nova feição no período democrático. De fato, novas conjunturas e uma efervescência política e da participação social, marcaram estes 26 anos e, de muitas formas, as teses e dissertações acompanharam este movimento da realidade.

Entre 1970 e 1995, a USP e a UNICAMP produziram 322 teses e dissertações sobre movimentos sociais (206 e 116 pesquisas, respectivamente)⁷, considerando os

seguintes tipos de movimentos: dos trabalhadores; popular; novos; messiânicos e ligados a seitas e a religiões; estudantis; político partidários; de elites econômicas.

As pesquisas sobre o tema começaram a ser realizadas desde os primeiros anos da implantação dos programas de pós-graduação e, no período em questão, começaram a ser defendidas em 1971, na USP e, em 1977 na UNICAMP.

O interesse pelo tema é perene, o número absolutos de trabalhos é quase sempre crescente e a maior parte da produção (55,9%) está concentrada nos anos 90 (figura 1).

⁷ Este trabalhos foram realizados especialmente, porém, não exclusivamente, na área de Ciências Humanas. Na USP (campus da cidade de São Paulo) foram realizados na: Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Escola de Comunicação e Artes (ECA),

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU), Faculdade de Educação (FE), Instituto de Psicologia (IP), Escola Politécnica e Faculdade de Saúde Pública. Na UNICAMP: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), Faculdade de Educação (FE), Instituto de Economia (IE), Instituto de Artes (IA) e Faculdade de Ciências Médicas (FCM).

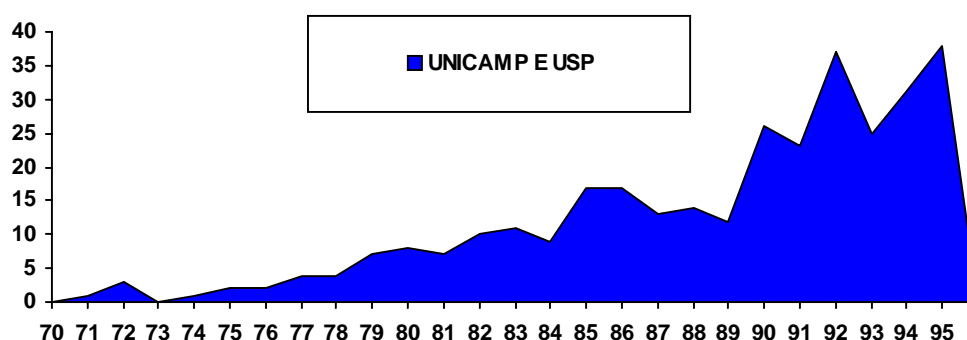


FIGURA 1 - Teses e dissertações sobre movimentos sociais (dos trabalhadores; populares; novos movimentos sociais; messiânicos e ligados à religião; político/partidários; estudantis; de elites econômicas), realizadas na UNICAMP e na USP, entre 1970 e 1995.

A comparação entre os trabalhos sobre movimento social, e o número de teses e dissertações sobre as demais temáticas na área das Ciências Humanas, demonstra que, ao contrário do que foi amplamente admitido entre os teóricos da área, não

houve uma queda significativa do número de pesquisas sobre movimento social a partir de meados dos anos 80, o que acompanharia o então denominado refluxo destes movimentos na dinâmica da realidade social (quadro 1).

Quadro 1- Número de dissertações de Mestrado (M) e de teses de Doutorado (D) defendidas nos cursos de Pós-Graduação da FE, IFCH, IE, IA (UNICAMP) e FFLCH, ECA, FE, FAU (USP); e número de teses e dissertações sobre movimento social, nas mesmas unidades, entre 1970 e 1995.

ano/ local	FE, IFCH, IE, IA/ UNICAMP		FFLCH, FE ECA, FAU /		USP e UNICAMP	
	Total	teses e dis./	Total	teses e dis./	Total	Teses e dis./
	M/D	mov.social n %	M/D	mov.social n %	M/D	Mov.social N %
1970-79	48	3 6,25	1146	21 1,83	1194	24 2,01
1980-89	443	38 8,57	1994	79 3,96	2437	117 4,80
1990-95	983	74 7,52	2230	98 4,39	3213	172 5,35
TOTAL	1474	115* 7,80	5370	198* 3,68	6844	313* 4,57

FONTES: Catálogo dos cursos de Pós-Graduação/UNICAMP/97

Fontes: Catálogo da Produção Técnico-Científica e Artística do Corpo Docente/Pesquisadores e Teses da USP-1997

* Neste quadro estão incluídas apenas as unidades da área de Ciências Humanas.

Mais precisamente, o quadro 1 permite questionar uma possível generalização da afirmação de que os “chamados movimentos de reivindicação urbana que se multiplicaram pelo Brasil afora durante os anos 70 e 80 despertando intenso interesse acadêmico, deram lugar,

a partir de meados dos anos 80, a temas relativos à transição política e à questão da democracia.” (...)“Nova conjuntura política, novo arranjo de forças políticas e reacomodação das lideranças movimentalistas. (...) E adeus movimentos sociais; agora, há assuntos

mais relevantes” (DOIMO, 1993, p.12 e 14).

Nos anos 80 e 90 houve um “refluxo” (Gohn, 1992; Oliveira, 1994; Otmman, 1995; Touraine, 1994) dos movimentos (principalmente os populares) no cenário nacional, melhor dizendo, nestes anos ocorreram modificações no interior dos movimentos sociais, nas relações entre eles, e destes com a sociedade e o Estado, o que coincide com uma espécie de reformulação deste campo teórico. Em termos gerais “a crise das esquerdas, do marxismo e dos modelos socialistas do leste europeu, deixam como saldo um certo abandono das teorias macro-estruturais que enfatizam a problemática das contradições sociais, e viam nas lutas e movimentos um dos fatores de acirramento daquelas contradições” (GOHN, 1994).

No entanto, os dados indicam que a possível diminuição no interesse dos pesquisadores pelo assunto (Cardoso, 1994; Doimo, 1993), não acarretou, no período pesquisado, uma diminuição significativa nos números de teses e dissertações sobre movimento social, nestas duas Universidades. Isto se deve, entre outros fatores, ao tempo decorrido entre início do trabalho de pesquisa e sua

conclusão e, também, ao afluxo de estudantes de pós graduação egressos do próprio movimento social⁸.

É interessante notar que, ao longo do período, além de o número de trabalhos sobre movimentos sociais ter se mantido relativamente significativo, houve, também, um aumento da diversidade de tipos de movimentos sobre os quais as pesquisas versavam.

Na USP e na UNICAMP existe uma espécie de padrão quanto ao número de pesquisas em cada tipo de movimento estudado: o maior número de teses e dissertações é sobre *movimento dos trabalhadores* (são 150 pesquisas, destes 92 foram concluídos na USP e 58 na UNICAMP), seguidos, em ordem decrescente, por 64 pesquisas sobre *movimento popular* (44 - USP e 20 - UNICAMP); 53 trabalhos sobre *novos movimentos sociais* (37 e 16, respectivamente); 31 sobre *movimento*

⁸A partir da segunda metade dos anos 80, com mais intensidade, as mudanças conjunturais no cenário brasileiro (democratização, mudança nas diretrizes das Igreja Católica, forçando um encolhimento de sua ala progressista, por exemplo), provocaram mudanças também nos movimentos sociais. Muitos participantes, lideranças, assessores de movimentos sociais ou membros de Organizações não Governamentais, se desvincularam das atividades ou estavam menos absorvidos no ambiente movimentalista e priorizaram aprofundar o conhecimento sobre a própria trajetória e a do movimento social do qual participam ou participaram através de pesquisas nas universidades.

messiânico e ligado à religião (22; 9); 15 sobre *movimento político-partidário* (7; 8); 5 *estudantil* (2; 3) e; 4 teses e dissertações sobre *movimento de elites econômicas* (2 na USP e 2 na UNICAMP).⁹

Podemos fazer um exercício interessante ao destacar esta produção teórica das Universidades em relação a aspectos do cenário social e político do período:

Década de 70. Esta década, sob os governos militares de Médice (1969-1974), Geisel (1974-1979) e Figueiredo (1979-1985), foi um dos momentos de maior centralização e violência por parte do Estado. O regime autoritário e seus vários tentáculos reprimiram e cassaram a cidadania de forma violenta, com a morte, o exílio e a tortura dos que resistiam e insistiam em exercê-la como um direito.

Este período também preparou o caminho para a abertura, obra das lutas populares, de elites progressistas e da própria cúpula

do governo de então. O processo de liberalização ocorreu como exigência da sociedade civil e com o planejamento do governo militar, o que parece um contrassenso. Uma das razões para isto é que o bloco autoritário não era monolítico e as fissuras existentes agravaram-se em meados da década de 70. A distensão, portanto, foi consequência de antiga dissensão entre os militares e efeito de uma intensa mobilização popular.

Nestes anos ocorreram os movimentos populares e trabalhistas que simbolizam a luta pela reconquista da cidadania. Os movimentos populares (especialmente até meados da década de 80) surgiram com características novas, propondo uma relação menos clientelística com as agências do Estado e, por isso mesmo, desafiando a capacidade deste de atender ou incorporar as reivindicações, vindo a provocar o aumento das fissuras no sistema político e econômico de então. Tais movimentos foram organizados em torno, principalmente, da ala progressista da Igreja Católica (ligada à Teologia da Libertação e atuando nas Comunidades Eclesiais de Base-CEBs). Dentre eles destacamos o Movimento do Custo de Vida (MCV, mudando, depois, para MCC - Movimento Contra a Carestia),

⁹ Os números e resumos dos trabalhos pesquisados estão expostos com maior precisão e detalhes na tese do doutorado “Movimentos sociais na Academia; Um olhar sobre as Teses e Dissertações produzidas na UNICAMP e USP entre 1970 e 1995”. Apresentá-los aqui iria comprometer a fluência do texto e demandaria um número de páginas incompatível com a proposta de um artigo.

iniciado em 1974 e cujo pico mobilizador foi em 1978 e, neste mesmo ano, o movimento operário passou a ser conhecido dentro e fora do país, a partir das greves no ABC paulista¹⁰ (DOIMO, 1993).

Na USP e na UNICAMP parte das teses e dissertações sobre o movimentos sociais foram realizadas no “calor da hora”, uma vez que, a maioria destas pesquisas, concluídas nos anos 70, abordaram os *movimentos de trabalhadores e o popular*.

As teses e dissertações sobre *movimento dos trabalhadores* (cujo estudo é clássico na área dos movimentos sociais¹¹), são as únicas que percorrem todo o período considerado. Os subtemas mais estudados foram o sindicalismo urbano (35,3% do

total de pesquisas sobre movimento de trabalhadores); o movimento dos trabalhadores rurais (26%) e o movimento operário (25,3%).

Os trabalhos sobre o *movimento popular* discorreram sobre o movimento popular urbano (96,8% do total das teses e dissertações sobre este tipo de movimento), com demandas por equipamentos escolares (especificamente creches e escolas de 1o. grau) habitação; transporte; saúde; equipamentos e serviços de consumo coletivo. Foram, ainda, abordados alguns movimentos que traziam, por trás de suas reivindicações, a questão do trabalho, baixos salários ou desemprego, mas que se concretizavam na demanda por alimentação (como é o caso dos saques). Os poucos trabalhos sobre movimento popular no campo abordaram as demandas por escola, e infra-estrutura para a moradia no espaço rural.

Década de 80. Na dinâmica da realidade, os “anos 80 iniciaram-se com os movimentos sociais fortalecidos. (...) vários movimentos sociais haviam acabado de dar um salto qualitativo, saindo das reivindicações isoladas para

¹⁰ Região brasileira de grande concentração de indústrias metalúrgicas e importância econômica destacada.

¹¹ Até por volta da década de 60 deste século, alguns teóricos consideravam este movimento como um campo de conhecimento à parte do movimento social em geral. É fato conhecido pelos pesquisadores da área que o número de publicações sobre movimento dos trabalhadores é maior do que o número de obras publicadas sobre os demais tipos de movimentos. É bastante provável que isto estivesse refletindo tanto a repercussão e impacto que o movimento operário teve nas diferentes sociedades, desde as primeiras aglomerações de trabalhadores nas fábricas das cidades, trazendo consigo transformações sociais, econômicas, políticas e culturais, quanto a matriz teórica de raiz marxista, predominante na época da maioria destas publicações (décadas de 60, 70, até meados da de 80), deixando opacos os movimentos sociais de tons classistas menos marcantes.

formas mais amplas das demandas em grandes blocos.”(GOHN, 1991, p.10)

Em 1984, ocorreu o movimento das Diretas-Já, para que fosse aprovada a emenda Dante de Oliveira, que versava sobre eleições diretas para presidente. A Campanha das Diretas “colocava na ordem do dia, não só o desejo de parte substancial da população de votar para presidente da República, mas outra vez sua aspiração de conquistar de maneira plena a sua cidadania” (Moisés, 1990, p.31). Apesar do movimento, houve a passagem indireta do governo militar para o civil, com Tancredo Neves assumindo a Presidência. Devido à morte deste, logo após a posse, o assume o vice Sarney (1985-1990), ex-senador e político bem ajustado com os governos militares.¹²

Somente em 1989, 25 anos depois de instalado o regime militar, a população elegeu diretamente o Presidente da República. Esta eleição trouxe o legado de autoritarismo e do processo de privatização da coisa pública, inscrita no Estado e também na sociedade¹³. A

vitória de Collor sobre o candidato Lula (do Partido dos Trabalhadores) foi a expressão e simbolizou este processo (AVELAR, 1994, p.54).

Em 1988, após um processo constituinte que volta a mobilizar setores organizados da sociedade, é elaborada a nova Constituição. Nela estão inscritos avanços consideráveis em relação aos direitos sociais e políticos. Entretanto, para o Brasil e para um grande número de países, esta década foi marcada “por forte recessão econômica, empobrecimento do Estado e de amplas camadas da população” (AVELAR, 1994, p.53). Inclusive no mundo capitalista desenvolvido, problemas como pobreza, desemprego em massa, miséria e instabilidade, que pareciam ter sido eliminados há uma geração, reapareceram depois de 1973 e, “na década de 80 muitos dos países mais ricos e

passando pelas relações de trabalho, pela escola, pela cultura). Vivemos numa sociedade verticalizada e hierarquizada (embora não o percebamos) na qual as relações sociais são sempre realizadas ou sob a forma da cumplicidade (quando os sujeitos sociais se reconhecem como iguais), ou sob a forma do mando e da obediência entre superior e inferior (quando os sujeitos sociais são percebidos como diferentes, a diferença não sendo vista como assimetria, mas como desigualdade). Não existe no Brasil, a idéia da Revolução Francesa de igualdade de direitos e de igualdade jurídica dos cidadãos. A forma autoritária da relação é marcada por aquilo mesmo que a realiza e a conserva: as relações de favor, tutela e clientela” (CHAUÍ, 1994a).

¹² Para FERNANDES (1985), o processo de transição “queria dizer simplesmente, que a ditadura não seria desmantelada e que ela serviria de guia a uma democracia sui generis, que sairia das entranhas do regime”.

¹³ Ao dizermos que a sociedade brasileira é autoritária, estamos pensando em “certos traços gerais das relações que se repetem em todas as esferas da vida social (da família ao Estado,

desenvolvidos se viram outra vez acostumando-se com a visão diária de mendigos nas ruas, e mesmo com o espetáculo mais chocante de desabrigados protegendo-se em vãos de portas e caixas de papelão...” (HOBSBAWN, 1995, p.396-397).

Em nosso país denominado, sem exagero, de “monumento de injustiça social”, este cenário para a maioria da população adquire contornos de tragédia social, agravada pela repressão acentuada aos movimentos populares e trabalhistas desde de anos anteriores, no quais a ala Progressista da Igreja Católica, particularmente através das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), teve um papel fundamental na politização, no abrigo e no desencadeamento dos movimentos das camadas populares.

Neste sentido, é relevante observar que na USP e na UNICAMP os estudos sobre *movimentos messiânicos e ligados à religião* da década anterior abordaram, especialmente, o movimento messiânico, e as que foram concluídas nos últimos anos do período, anos 80 e 90 (as quais são a maioria no interior desta expressão dos movimentos sociais -74,1% do total), detiveram-se sobre as historicamente recentes CEBs e a atuação de setores da Igreja Católica ligados à Teologia da

Libertação. Isto é, as pesquisas sobre este tipo de movimento, estão como que “coladas” à realidade, e considerando a importância das CEBs para os movimentos sociais, é possível que o número de pesquisas focalizando-as é maior do que o apresentado, pois, as análises sobre elas podem ser encontradas em trabalhos que classificamos, por exemplo, como movimentos populares.

Cabe ainda observar que na década de 80, assim como nos anos anteriores, a maior parte das teses e dissertações abordaram os movimentos sociais *populares* e os *dos trabalhadores*, no entanto, começa a aparecer de forma crescente as pesquisas sobre os *novos movimentos sociais* e os *movimentos messiânicos e ligados a religião*. Em particular, as teses e as dissertações sobre *novos movimentos sociais* são mais frequentes a partir da segunda metade dos anos 80 e grande parte delas é defendida nos anos 90.

Anos 90. Apesar de a década anterior ter sido “vívida sob o signo da esperança democrática, encerrou-se, no entanto, com o espetáculo de uma pobreza talvez jamais vista em nossa história republicana. Entramos nos anos 90 vivendo o paradoxo de uma democracia consolidada nas suas instituições e nas

regras formais do jogo político, mas que convive cotidianamente com a violência, a violação dos direitos humanos e a incivildade nas relações sociais.” (Telles, 1994, p.7). Estes anos iniciaram sob uma crise de paradigmas, simbolizada pela entrada do capitalismo na antiga União Soviética e pela derrubada do Muro de Berlim (1989), que separava as, até então, Alemanha Ocidental e Oriental (PRZERWORSKI, 1994, p.22).

Neste quadro, a alternativa que mais obteve repercussão, junto a parte da população e à elite política, foi a propaganda pelos ideólogos do neoliberalismo¹⁴. A ideologia neoliberal encontrou campo fértil de disseminação nestas décadas de crise social, econômica, política e, também, moral, minando a possibilidade do Estado empreender ações reguladoras da economia e das relações sociais e de trabalho. Por ser “uma ideologia em estado puro, essa tradição acredita na capacidade quase mágica da iniciativa privada” (Chauí, 1992), crença que se difunde apesar de governos que o apregoam e a representarem, como os dos EUA e da Grã-Bretanha (sob a aparência de estimular as forças do mercado)

administrarem e orientarem suas economias (HOBSBAWN, 1995).

Na Brasil dos anos 90 destacam-se dois momentos importantes na perspectiva da participação social e política: em 1992, a deposição do Presidente Collor, acusado de corrupção¹⁵. Em 1994, a eleição para a Presidência, tendo à frente da disputa os candidatos Luís Inácio Lula da Silva (Partido dos Trabalhadores) e Fernando Henrique Cardoso (Partido Social Democrata Brasileiro). Ambos destacaram-se na vida pública por defenderem posições favoráveis às lutas populares, Fernando Henrique Cardoso, todavia, elegeu-se presidente ao lado de políticos e partidos de perfil liberal-conservador que estão no (e em concordância com o) poder desde, pelo menos, a década de 70.

Pode-se considerar que esta conjuntura nacional e internacional é um dos fatores que explica a diferença de expressão e organização dos movimentos sociais em comparação com os anos anteriores. Entre outras coisas, eles trazem um aprendizado de relação com as diversas

¹⁴ Ver, por exemplo: SADER (1995), DRAIBE (1993) e *Revista USP-Dossiê Liberalismo/Neoliberalismo*.

¹⁵ O episódio do impedimento teve, como protagonistas, os movimentos sociais e as elites políticas, tanto conservadora como progressista. “O movimento pelo impeachment do presidente eleito foi orquestrado por uma parcela desta elite insatisfeita com

facetas do Estado, pois, ao longo do tempo, em conjunto com a intenção de autonomia, os movimentos sociais - sobretudo os populares -, mantiveram alguma forma de interação com a “institucionalidade política” (Doimo, 1993, p.141-142). Ao chegarem nos anos 90, por um lado, já haviam enfrentado o Estado ditatorial e, por outro, mantido relações com governos comprometidos com a democratização e participado de administrações públicas - notadamente municipais e do Partido dos Trabalhadores.

Os movimentos populares e dos trabalhadores, principalmente, passam por um período de menor expressividade pública¹⁶. Estão em foco os novos movimentos sociais, tais como os que se movem nas questões de gênero, etárias, étnicas e do meio ambiente, (relacionados à diversidade identitária, cultural, e biológica e, assim, aos chamados direitos de 3ª e 4ª geração). São movimentos “centrados mais em questões éticas ou de revalorização da vida humana” (Gohn,

1994, p.4), bem como ligados à reação no plano moral (Touraine, 1994).

No Brasil, o Movimento pelo Impeachment, Movimento da Cidadania contra a Fome, Movimento pela Ética na Política, Movimento Viva Rio e Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, por exemplo, que ocorrem nesta década, inscrevem-se no rol destes novos movimentos com a característica peculiar de que, em nossa realidade, não é possível deixar de acrescentar às novas demandas, às lutas sociais por novos direitos, as reivindicações de direitos sociais tradicionais: abrigo, comida, saúde e educação.

Também na UNICAMP e na USP as teses e dissertações que se destacam numericamente nos anos 90 são as que discorrem sobre os *novos movimentos sociais*, e, é preciso lembrar, as poucas pesquisas sobre os *movimentos político-partidário, estudantil e de elites econômicas* foram concluídas, principalmente nestes últimos anos do período abordado. O número pouco expressivo de pesquisas sobre *movimentos político-partidário e de elites*

os rumos da política econômica, ressentida com sua não participação nas políticas” (AVELAR, 1994, p.54).

¹⁶ O movimento no campo vai contra esta tendência e, com o MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra) à frente, pode ser considerado o que mais cresceu em força política e resultados concretos nos anos 90. É de se esperar que a recente maior mobilização e visibilidade dos movimentos dos trabalhadores rurais trará, como reflexo, um aumento da produção

acadêmica sobre o assunto. (sobre a temática ver SALGADO, 1997).

econômica pode ser compreendido pela característica de sua base social que transita muito próxima, quando não faz parte, das instituições políticas, trazendo como consequência que as pesquisas sobre suas demandas e organização abordem basicamente aquelas instituições. Mas, para o caso do *movimento estudantil*, ao consideramos sua importância política e, principalmente, cultural, isto surpreende. Um possível compreensão estaria centrada no cenário social e político dos anos 70 a 1995, no qual os pesquisadores, assim como os próprios movimentos sociais, priorizaram a luta pela democratização e pela reconquista da cidadania. Lutas estas protagonizadas principalmente pelos movimentos de trabalhadores e populares, porém, não raro, com a solidariedade participativa do movimento estudantil e de outros segmentos da população. Da mesma forma, o crescente número das pesquisas sobre novos movimentos sociais, comparado à baixa expressividade dos estudos mencionados, pode ser compreendido tanto pela novidade da demanda por direitos contemporâneos e das formas de organização e de relação com a sociedade e com o Estado, representadas nos novos movimentos, quanto pelo fato de nestes estarem

presentes, também, diversos segmentos da população. As teses e dissertações sobre os *novos movimentos sociais*, em grande parte, (56,6% do total das pesquisas sobre este tipo de movimento) trataram do movimento de gênero (de mulheres, principalmente), seguido do étnico (22,6% de seu total abordando o movimento negro) e do ambientalista (13,2%).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados apresentados e o exercício de coloca-los em relação ao cenário social, permitiram ilustrar o que é sobejamente conhecido: a produção teórica sobre movimentos sociais é recortada pelos contextos social, político, econômico e cultural. Mas permitiram demonstrar também que a afirmação geral de que as mudanças conjunturais ocorridas na sociedade brasileira, a partir de meados dos anos 80, acarretaram uma diminuição do interesse teórico sobre os movimentos sociais, não se aplica ao caso das teses e dissertações sobre o tema, defendidas na USP e na UNICAMP. Isto é, nestas duas Universidades, ao longo do período, além de não ter havido uma queda relativamente significativa na produção acadêmica sobre movimento social,

houve um aumento da diversidade de tipos de movimentos estudados.

As pesquisas sobre movimentos sociais de diferentes tipos, com a crescente diversidade ao longo do período, pode indicar que estes trabalhos acompanharam os desafios colocados pelas mudanças conjunturais da sociedade brasileira, entre 1970 e 1995. E isto, independente do número de teses e dissertações concluídas (que poderia ser explicado, em parte, por fatores ligados às próprias Universidades), nos permitem compreender que aquele “adeus movimentos sociais; agora, há assuntos mais relevantes”, é apenas força de expressão ¹⁷.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AVELAR, L. Mudanças Estruturais, Crise Política e Eleições. *São Paulo em Perspectiva* **Revista SEADE**, v.8, n.2, abr-jun, 1994.

BOSCHI, R. R. **A Arte da Associação Política de Base e Democracia no Brasil**. Rio de Janeiro, Vértice, 1987.

Breve Guia sobre a UNICAMP/96.

CAMACHO, D. Movimentos sociais, algumas discussões conceituais. In: SCHERER-WARREN, I. & KRISCHKE, P. (org.) **Uma Revolução no Cotidiano?** Os novos movimentos sociais na América Latina. São Paulo, Brasiliense, 1987.

¹⁷ A autora, Doimo (1993, p.14), esclarece e contextualiza a frase em seu importante livro.

CARDOSO, R. C. L. A trajetória dos movimentos sociais. In: DAGNINO, E. (org.). **Anos 90 - Política e Sociedade no Brasil**. São Paulo, Brasiliense, 1994.

CARONE, E. **Movimento Operário no Brasil**. São Paulo, Difel, 1979.

CASTELLS, M. Crise do Estado, consumo coletivo e contradições urbanas. In: POULANTZAS, N. (org.) **O Estado em crise**. Rio de Janeiro, Graal, 1977.

_____. **The city and the grassroots**. California, Ed. University of California Press, 1983.

Catálogo dos Cursos de Pós-Graduação da UNICAMP, 1997.

Catálogo de Produção Técnico-Científica e Artística do Corpo Docente/Pesquisadores e Teses da USP, 1997.

CHARLE, C. & VERGER, J. **História das Universidades**. São Paulo, Editora Unesp, 1996.

CHAUÍ, M. **Cidadania Cultural em Ação 1989-1992**: prestação de contas da Secretaria Municipal da Cultura aos cidadãos. São Paulo, SMC, 1992.

_____. Raízes Teológicas do Populismo no Brasil: Teocracia dos Dominantes Messianismo dos Dominados. In: DAGNINO, E. (org.). **Anos 90 - Política e Sociedade no Brasil**. São Paulo, Brasiliense, 1994a.

_____. USP 94: A Terceira Fundação. **Estudos Avançados**, 8 (2): set dez, 1994b.

DRAIBE, S. As Políticas Sociais e o Neoliberalismo. **Revista USP**. Dossiê Liberalismo/Neoliberalismo (17): mar-abr-mai, 1993.

DOIMO, A. M. **Movimento Popular no Brasil pós-70**: Formação de um Campo Ético - Político. São Paulo, 1993 Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Faculdade

de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, SP.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. São Paulo, Edusp, 1997.

FERNANDES, F. **Nova República?** São Paulo, Ática, 1985.

GOHN, M. G. **A força da Periferia**. Rio de Janeiro, Vozes, 1985.

_____. **Movimentos sociais e luta pela moradia**. São Paulo, Loyola, 1991

_____. **Movimentos sociais e Educação**. São Paulo, Cortez, 1992.

_____. **Novos Movimentos Sociais e a Construção da Cidadania**: balanço dos anos 80 e tendências nos anos 90, São Paulo, 1994 (mimeo).

_____. **História dos Movimentos e Lutas Sociais**: a Construção da Cidadania dos Brasileiros. São Paulo, Loyola, 1995.

GRZYBOWSKI, C. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo**. São Paulo, Vozes/Fase, 1987.

HOBBS, E. J. **Era dos Extremos**: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

_____. **Mundos do trabalho**: novos estudos sobre história operária. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

_____. **Rebeldes Primitivos**: Estudos de formas arcaicas de movimentos sociais nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

_____. **Os Trabalhadores**: estudo sobre a história do operariado. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

IANNI, O. A Sociologia e o Mundo Moderno. **Revista-PUC**, n.5, São Paulo, 1988.

Jornal da UNICAMP, ano X, out.96, n.115.

KOWARICK, L. **Lutas sociais e a cidade**: São Paulo: passado e presente. São Paulo, Paz e Terra, 1988.

LIMA, E. J. S. **A criação da UNICAMP**: Administração e Relações de Poder numa perspectiva histórica. Campinas, 1989 Dissertação (Mestrado em Educação)-Faculdade de Educação, Universidade de Campinas, São Paulo.

LÖWY, M. **Ideologias e Ciência Social**: Elementos para uma Análise Marxista. São Paulo, Ed. Cortez, 1995.

MARTINS, J. S. **Caminhada no Chão da Noite**: Emancipação Política e Libertação nos Movimentos Sociais no Campo. São Paulo, Hucitec, 1989.

MARTINS FILHO, J.R. **Movimento estudantil e ditadura militar**. São Paulo, Papirus, 1987.

MEDEIROS, L. S. **História dos movimentos sociais no campo**. São Paulo, Fase, 1989.

MENEGHEL, S. M. **Zeferino Vaz e a UNICAMP**: uma Trajetória e Um Modelo de Universidade. Campinas, 1994 Dissertação (Mestrado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade de Campinas, São Paulo.

MELUCCI, A. Movimentos Sociais, renovação cultural e o papel do conhecimento. entrevista a Leonardo Auritzer e Timo Lyra. **Novos Estudos CEBRAP**, n.40 nov. 1994.

_____. Movimentos sociais e sociedade complexa. **Cadernos do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Movimento Sociais**, PUC, no. 2 abr.97.

MOISÉS, J. A. **Classes populares e protestos urbanos**. São Paulo, 1978 Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, SP.

_____. **Cidadania e Participação:** Ensaio sobre o plebiscito, o referendo e a iniciativa popular na nova Constituição. São Paulo, Cedec, 1990.

OFFE, C. **Partidos Políticos e Nuevos Movimientos Sociales:** Editorial Sistema, Colección Política, 1993.

OLIVEIRA, F. **Estado, Sociedade, Movimentos Sociais e Políticas Públicas no limiar do séc. XXI.** Fase, Rio de Janeiro, 1994.

OTTMANN, G. Movimentos sociais urbanos e democracia no Brasil. **Novos Estudos CEBRAP**, n.41 mar.1995.

PORTELLA, E. USP: As Curvas da Modernidade. **Estudos Avançados** 8 (2): set-dez. 1994.

PRZEWORSKI, A. **Democracia e Mercado:** No Leste Europeu e na América Latina. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1994.

RENON, K.D. Movimentos sociais. In: BOTTOMORE, W. & OUTHWAITE, W. **Dicionário do Pensamento Social do Século XX.** Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1996.

REVISTA USP. Dossiê Liberalismo/Neoliberalismo. 17, mar-abr-mai 93

Revista Estudos Avançados n.22, 1994.

RUDÉ, G. **A multidão na história:** Estudo dos Movimentos Populares na França e na Inglaterra 1730-1848. Rio de Janeiro, Campus, 1991.

SADER, Eder. **Quando Novos Personagens Entraram em Cena.** São Paulo, 1987, Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, SP.

_____(org.). **Pós – neoliberalismo:** as Políticas Sociais e o Estado Democrático. São Paulo, Paz e Terra, 1995.

_____(org.). **Vozes do Século:** Entrevistas da “New Left Review. São Paulo, Paz e Terra”, 1997.

SALGADO, S. **Terra.** São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

SCHERER-WARREN, I. & KRISCHKE, P. J. **Uma revolução no cotidiano?** Os novos movimentos sociais na América Latina. São Paulo, Brasiliense, 1987.

SINGER, P. & BRANT, V. C. **São Paulo: O Povo em Movimento.** São Paulo, Vozes, 1983.

TELLES, V. Sociedade Civil e os caminhos (incertos) da cidadania. *São Paulo em Perspectiva* - **Revista SEADE** 8 (2): abr-jun, 1994.

THOMPSON, E. P. **A Formação da Classe Operária Inglesa.** Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1987.

TOURAINÉ, A. **Crítica da Modernidade.** Rio de Janeiro, Vozes, 1994.

_____. **Palavra e Sangue:** Política e Sociedade na América Latina. Campinas , Ed. UNICAMP, 1989.

Samira Kauchakje

FCHLA- P.P.G. em Educação-Mestrado em
Educação/Universidade Tuiuti do Paraná
Depto. Serviço Social/Mestrado em Ciências Sociais
Aplicadas/Universidade Estadual P.Grossa-PR
Pesquisadora do Gemdec - Faculdade de Educação-
Universidade Estadual de Campinas

Artigo aceito em: 13/12/2002